

# Jusbrasil - Legislação

15 de julho de 2019

## Lei 6513/77 | Lei no 6.513, de 20 de dezembro de 1977

Publicado por Presidência da Republica (extraído pelo Jusbrasil) - 41 anos atrás

Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências. [Ver tópico \(875 documentos\)](#)

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I

#### Das Áreas e dos Locais de Interesse Turístico

**Art. 1º** - Consideram-se de interesse turístico as Áreas Especiais e os Locais instituídos na forma da presente Lei, assim como os bens de valor cultural e natural, protegidos por legislação específica, e especialmente:

**I** - os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico;

**II** - as reservas e estações ecológicas;

**III** - as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis;

**IV** - as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram;

**V** - as paisagens notáveis;

**VI** - as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer;

**VII** - as fontes hidrominerais aproveitáveis;

**VIII** - as localidades que apresentem condições climáticas especiais;

**IX** - outros que venham a ser definidos, na forma desta Lei.

**Art. 2º** - Poderão ser instituídos, na forma e para os fins da presente Lei:

**I** - Áreas Especiais de Interesse Turístico;

**II** - Locais de Interesse Turístico.

**Art. 3º** - Áreas Especiais de Interesse Turístico são trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

**Art. 4º** - Locais de Interesse Turístico são trechos do território nacional, compreendidos ou não em Áreas especiais, destinados por sua adequação ao desenvolvimento de atividades turísticas, e à realização de projetos específicos, e que compreendam:

**I** - bens não sujeitos a regime específico de proteção;

**II** - os respectivos entornos de proteção e ambientação.

**§ 1º** - Entorno de proteção é o espaço físico necessário ao acesso do público ao Local de Interesse Turístico e à sua conservação, manutenção e valorização.

**§ 2º** - Entorno de ambientação é o espaço físico necessário à harmonização do local de Interesse Turístico com a paisagem em que se situar.

**Art. 5º** - A ação do Governo Federal, para a execução da presente Lei, desenvolver-se-á especialmente por intermédio dos seguintes órgãos e entidades:

**I** - Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio;

**II** - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), do Ministério da Educação e Cultura;

**III** - Instituto Brasileiro Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura;

**IV** - Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior;

**V** - Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPU), organismo interministerial criado pelo Decreto nº 74.156, de 6 de junho de 1974;

**VI** - Superintendência do Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE), do Ministério da Agricultura.

**Parágrafo único** - Sem prejuízo das atribuições que lhes confere a legislação específica, os órgãos e entidades mencionados neste artigo atuarão em estreita colaboração, dentro da respectiva esfera de competência, para a execução desta Lei e dos atos normativos dela decorrentes.

**Art. 6º** - A EMBRATUR implantará e manterá permanentemente atualizado o Inventário das Áreas Especiais de Interesse Turístico, dos Locais de Interesse Turístico e dos bens culturais e

naturais protegidos por legislação específica.

**§ 1º** - A EMBRATUR promoverá entendimentos com os demais órgãos e entidades mencionados no art. 5º, com o objetivo de se definirem os bens culturais e naturais protegidos, que possam ter utilização turística, e os usos turísticos compatíveis com os mesmos bens.

**§ 2º** - Os órgãos e entidades mencionados nos incisos II a VI do art. 5º enviarão à EMBRATUR, para fins de documentação e informação, cópia de todos os elementos necessários à identificação dos bens culturais e naturais sob sua proteção, que possam ter uso turístico.

**Art. 7º** - Compete à EMBRATUR realizar, ad referendum do Conselho Nacional de Turismo - CNTur - as pesquisas, estudos e levantamentos necessários à declaração de Área Especial ou Local de Interesse Turístico:

**I** - de ofício;

**II** - por solicitação de órgãos da administração direta ou indireta, federal, estadual, metropolitana ou municipal; ou

**III** - por solicitação de qualquer interessado.

**§ 1º** - Em qualquer caso, compete à EMBRATUR determinar o espaço físico a analisar.

**§ 2º** - Nos casos em que o espaço físico a analisar contenha, no todo ou em parte, bens ou áreas sujeitos a regime específico de proteção, os órgãos ou entidades nele diretamente interessados participarão obrigatoriamente das pesquisas, estudos e levantamentos a que se refere este artigo.

**§ 3º** - Serão ouvidos previamente o Serviço de Patrimônio da União (SPU), do Ministério da Fazenda, e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), do Ministério da Agricultura, sempre que o espaço físico a analisar contenha imóvel sob suas respectivas áreas de competência, constituindo-se, para o caso de bens do IBDF, o projeto de manejo dos Parques e Reservas a pré-condição à sua utilização para fins turísticos.

**§ 4º** - Quando o espaço físico a analisar estiver situado em área de fronteira, a EMBRATUR notificará previamente o Ministério das Relações Exteriores, para os fins cabíveis; no caso de áreas fronteiriças de potencial interesse turístico comum, a EMBRATUR, se o julgar conveniente, poderá também sugerir ao Ministério das Relações Exteriores a realização de gestões junto ao governo do país limítrofe, com vistas a uma possível ação coordenada deste em relação à parte situada em seu território.

**Art. 8º** - A EMBRATUR notificará os proprietários dos bens compreendidos no espaço físico a analisar do início das pesquisas, estudos e levantamentos.

**§ 1º** - Os proprietários dos bens referidos neste artigo ficarão, desde a notificação, responsáveis pela sua integridade, ressaltando-se:

**I** - a responsabilidade estabelecida por força da legislação federal específica de proteção do patrimônio natural e cultural;

**II** - as obras necessárias à segurança, higiene e conservação dos bens, exigidas pelas autoridades competentes.

**§ 2º** - Serão igualmente notificadas as autoridades federais, estaduais, metropolitanas e municipais interessadas, para o fim de assegurar a observância das diretrizes a que se refere o § 4º.

**§ 3º** - As notificações a que se refere o presente artigo serão feitas:

**I** - diretamente aos proprietários, quando conhecidos;

**II** - diretamente aos órgãos e entidades mencionados no parágrafo anterior, na pessoa de seus dirigentes;

**III** - em qualquer caso, por meio de publicação no Diário Oficial da União e nos dos Estados, nos quais estiver compreendido o espaço físico a analisar.

**§ 4º** - Das notificações a que se refere este artigo, constarão diretrizes gerais provisórias para uso e ocupação do espaço físico, durante o período das pesquisas, estudos e levantamentos.

**Art. 9º** - Os efeitos das notificações cessarão:

**I** - na data da publicação da resolução do CNTur, nos casos de pronunciamento negativo;

**II** - 180 (cento e oitenta) dias após a publicação da notificação no Diário Oficial da União, na ausência de pronunciamento do CNTur, dentro desse prazo;

**III** - 360 (trezentos e sessenta) dias após a publicação da notificação no Diário Oficial da União, caso não se tenha efetivada, até então, a declaração de Área Especial ou de local de Interesse Turístico.

**Art. 10** - A EMBRATUR fica autorizada a firmar os convênios e contratos que se fizerem necessários à realização das pesquisas, estudos e levantamentos a que se refere o art. 7º.

## **CAPÍTULO II**

### **Das Áreas Especiais de Interesse Turístico**

**Art. 11** - As Áreas Especiais de Interesse Turístico serão instituídas por decreto do Poder Executivo, mediante proposta do CNTur, para fins de elaboração e execução de planos e

programas destinados a:

**I** - promover o desenvolvimento turístico;

**II** - assegurar a preservação e valorização do patrimônio cultural e natural;

**III** - estabelecer normas de uso e ocupação do solo;

**IV** - orientar a alocação de recursos e incentivos necessários a atender aos objetivos e diretrizes da presente Lei.

**Art. 12** - As Áreas Especiais de Interesse Turístico serão classificadas nas seguintes categorias:

**I** - Prioritárias : áreas de alta potencialidade turística, que devam ou possam ser objeto de planos e programas de desenvolvimento turístico, em virtude de:

**a)** ocorrência ou iminência de expressivos fluxos de turistas visitantes;

**b)** existência de infra-estrutura turística urbana satisfatória, ou possibilidade de sua implementação;

**c)** necessidade da realização de planos e projetos de preservação ou recuperação dos Locais de Interesse Turístico nelas incluídos;

**d)** realização presente ou iminente de obras públicas ou privadas, que permitam ou assegurem acesso à área, ou a criação da infra-estrutura mencionada na alínea b ;

**e)** conveniência de prevenir ou corrigir eventuais distorções do uso do solo, causadas pela realização presente ou iminente de obras públicas ou privadas, ou pelo parcelamento e ocupação do solo.

**II** - De Reserva : áreas de elevada potencialidade turística, cujo aproveitamento deva ficar na dependência:

**a)** da implantação dos equipamentos de infra-estrutura indispensáveis;

**b)** da efetivação de medidas que assegurem a preservação do equilíbrio ambiental e a proteção ao patrimônio cultural e natural ali existente;

**c)** de providências que permitam regular, de maneira compatível com a alínea precedente, os fluxos de turistas e visitantes e as atividades, obras e serviços permissíveis.

**Art. 13** - Do ato que declarar Área Especial de Interesse Turístico, da categoria Prioritária, constarão:

**I** - seus limites;

**II** - as principais características que lhe conferirem potencialidade turística;

**III** - o prazo de formulação dos planos e programas que nela devam ser executados e os órgãos e entidades federais por eles responsáveis;

**IV** - as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo que devam vigorar até a aprovação dos planos e programas, observada a competência específica dos órgãos e entidades mencionados no art. 5º;

**V** - as atividades, obras e serviços permissíveis, vedados ou sujeitos a parecer prévio, até a aprovação dos planos e programas, observado o disposto no inciso anterior quanto à competência dos órgãos ali mencionados.

**§ 1º** - Incluir-se-ão entre os responsáveis pela elaboração dos planos e programas, os órgãos e entidades enumerados nos incisos II a VI, do art. 5º, que tiverem interesse direto na área.

**§ 2º** - O prazo referido no inciso III poderá ser prorrogado, a juízo do Poder Executivo, até perfazer o limite máximo de 2 (dois) anos, contados da data de publicação do decreto que instituir a Área Especial de Interesse Turístico.

**§ 3º** - Respeitados o prazo previsto no ato declaratório e suas eventuais prorrogações, conforme o parágrafo anterior, compete ao CNTur aprovar os planos e programas ali referidos.

**§ 4º** - O decurso dos prazos previstos nos parágrafos anteriores, sem que os planos e programas tenham sido aprovados pelo CNTur, importará na caducidade da declaração de Área Especial de Interesse Turístico.

**Art. 14** - A supervisão da elaboração e da implementação dos planos e programas caberá a uma Comissão Técnica de Acompanhamento, constituída de representantes:

**I** - da EMBRATUR;

**II** - dos demais órgãos e entidades referidos no art. 5º, com interesse direto na área;

**III** - dos governos estaduais e municipais interessados, e da respectiva região metropolitana, quando for o caso.

**Art. 15** - Constarão obrigatoriamente dos planos e programas:

**I** - as normas que devam ser observadas, a critério dos órgãos referidos nos incisos II a VI, do art. 5º, sob cuja jurisdição estiverem, a fim de assegurar a preservação, restauração, recuperação ou valorização, conforme o caso, do patrimônio cultural ou natural existente, e dos aspectos sociais que lhe forem próprios;

**II** - diretrizes de desenvolvimento urbano e de ocupação do solo, condicionadas aos objetivos enumerados no inciso anterior e aos planos de desenvolvimento urbano e metropolitano que tenham sido aprovados pelos órgãos federais competentes;

**III** - indicação de recursos e fontes de financiamento disponíveis para implementação dos mesmos planos e programas.

**Art. 16** - Os planos e programas aprovados serão encaminhados aos órgãos e entidades competentes para sua implementação, nos níveis federal, estadual, metropolitano e municipal.

**Art. 17** - Do ato que declarar Área Especial de Interesse Turístico, da categoria de Reserva, constarão:

**I** - seus limites;

**II** - as principais características que lhe conferirem potencialidade turística;

**III** - os órgãos e entidades que devam participar da preservação dessas características;

**IV** - as diretrizes gerais de uso e ocupação do solo e exploração econômica, que devam prevalecer enquanto a Área Especial estiver classificada como de Reserva, observada a responsabilidade estabelecida por força da legislação federal de proteção dos bens culturais e naturais;

**V** - atividades, obras e serviços permissíveis, vedados ou sujeitos a parecer prévio.

**Parágrafo único** - Os órgãos e entidades federais, estaduais, metropolitanos e municipais coordenar-se-ão com a EMBRATUR e com os órgãos mencionados no inciso III deste artigo, sempre que seus projetos, qualquer que seja sua natureza, possam implicar em alteração das características referidas no inciso II, deste artigo.

### **CAPÍTULO III**

#### **Dos Locais de Interesse Turístico**

**Art. 18** - Os Locais de Interesse Turístico serão instituídos por resolução do CNTur, mediante proposta da EMBRATUR para fins de disciplina de seu uso e ocupação, preservação, proteção e ambientação.

**Art. 19** - As resoluções do CNTur, que declararem Locais de Interesse Turístico, indicarão:

**I** - seus limites;

**II** - os entornos de proteção e ambientação;

**III** - os principais aspectos e características do Local;

**IV** - as normas gerais de uso e ocupação do Local, destinadas a preservar aqueles aspectos e características, a com eles harmonizar as edificações e construções, e a propiciar a ocupação e

o uso do Local de forma com eles compatível.

## CAPÍTULO IV

### Da Ação dos Estados e Municípios

**Art. 20** - A EMBRATUR fica autorizada a firmar os convênios que se fizerem necessários, com os governos estaduais e municipais interessados, para:

I - execução, nos respectivos territórios, e no que for de sua competência, desta Lei e dos atos normativos dela decorrentes;

II - elaboração e execução dos planos e programas a que se referem os arts. 12 e seguintes;

III - compatibilização de sua ação, respeitando-se as respectivas esferas de competência e os interesses peculiares do Estado, dos municípios e da região metropolitana interessados.

**Parágrafo único** - A EMBRATUR fica também autorizada a firmar convênios com órgãos e entidades federais, estaduais, metropolitanas e municipais visando à preservação do patrimônio cultural e natural, sempre com a participação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), respeitado o disposto no art. 6º, § 1º.

**Art. 21** - Poderão ser instituídas Áreas Especiais de Interesse Turístico e locais de Interesse Turístico, complementarmente, a nível estadual, metropolitano ou municipal, nos termos da legislação própria, observadas as diretrizes fixadas na presente Lei.

**Art. 22** - Declarados, a nível federal, Área Especial de Interesse Turístico, ou Local de Interesse Turístico, os órgãos e entidades mencionados no art. 5º prestarão toda a assistência necessária aos governos estaduais e municipais interessados, para compatibilização de sua legislação com as diretrizes, planos e programas decorrentes da presente Lei.

**Art. 23** - A EMBRATUR e os órgãos, entidades e agências federais que tenham programas de apoio à atividade turística darão prioridade, na concessão de quaisquer estímulos fiscais ou financeiros, aos Estados e Municípios que hajam compatibilizado sua legislação com a presente Lei, e aos empreendimentos neles localizados.

## CAPÍTULO V

### Penalidades

**Art. 24** - Além da ação penal cabível, a modificação não autorizada, a destruição, a desfiguração, ou o desvirtuamento de sua feição original, no todo ou em parte, das Áreas



Especiais de Interesse Turístico ou dos Locais de Interesse Turístico, sujeitam o infrator às seguintes penalidades:

**I** - multa de valor equivalente a até mil Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs);

(Revogado)

**I** - multa de valor equivalente a até Cr\$782.739,15 (setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e nove cruzeiros e quinze centavos); (Redação dada pela Lei nº 8.181, de 1991)

**II** - interdição de atividade ou de utilização incompatível com os usos permissíveis das Áreas Especiais de Interesse Turístico ou dos Locais de Interesse Turístico;

**III** - embargo de obra;

**IV** - obrigação de reparar os danos que houver causado; restaurar que houver danificado, reconstituir o que houver alterado ou desfigurado;

**V** - demolição de construção ou remoção de objeto que interfira com os entornos de proteção e ambientação do Local de Interesse Turístico.

**Art. 25** - As penalidades referidas no artigo anterior serão aplicadas pela EMBRATUR.

**§ 1º** - As penalidades dos incisos II a V, do art. 24, poderão ser aplicadas cumulativamente com a do inciso I.

**§ 2º** - Caberá recurso ao CNTur:

(Revogado)

(Revogado pela Lei nº 8.181, de 1991)

**I** - ex-offício, nos casos de multa de valor superior a 100 (cem) Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTNs);

(Revogado)

(Revogado pela Lei nº 8.181, de 1991)

**II** - voluntário, sem efeito suspensivo, na forma e nos prazos a serem determinados por resolução do CNTur, nos demais casos.

(Revogado)

(Revogado pela Lei nº 8.181, de 1991)

**§ 3º** - Nos casos de bens culturais e naturais sob a proteção do IPHAN, do IBDF e da SEMA, aplicar-se-ão as penalidades constantes da respectiva legislação específica.

**Art. 26** - Aplicadas as penalidades dos incisos II a V, do art. 24, a EMBRATUR comunicará o fato à autoridade competente, requisitando desta as providências necessárias, inclusive meios

judiciais ou policiais, se for o caso, para efetivar a medida.

**Art. 27** - Quando o infrator for pessoa jurídica, as pessoas físicas que, de qualquer forma, houverem concorrido para a prática do ato punível na forma da presente Lei, ficam igualmente sujeitas às penalidades do art. 24, inciso I.

**Art. 28** - O produto das multas constituirá renda própria do órgão que houver aplicado a penalidade.

## CAPÍTULO VI

### Disposições Finais

**Art. 29** - Dos instrumentos de alienação de imóveis situados em Áreas Especiais de Interesse Turístico, ou em Locais de Interesse Turístico, constará obrigatoriamente, sob pena de nulidade, o respectivo ato declaratório, ainda que por meio de referência.

**Art. 30** - Os órgãos e entidades da administração direta ou indireta, federal, estadual, metropolitana ou municipal, compatibilizarão os planos, programas e projetos de investimentos, que devam realizar em Áreas Especiais de Interesse Turístico ou em Locais de Interesse Turístico, com os dispositivos e diretrizes da presente Lei ou dela decorrentes.

**Parágrafo único** - A aprovação de planos e projetos submetidos aos órgãos, entidades e agências governamentais, e que devam realizar-se em Áreas Especiais de Interesse Turístico, ou em Locais de Interesse Turístico, será condicionada à verificação da conformidade dos referidos planos e projetos com as diretrizes da presente Lei e com os atos dela decorrentes.

**Art. 31** - O art. 2º, da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962, passa a vigorar acrescido do inciso seguinte:

"Art. 2º - .....

**VIII** - a utilização de áreas, locais ou bens que, por suas características, sejam apropriados ao desenvolvimento de atividades turísticas." **Art. 32** - A EMBRATUR promoverá as desapropriações e servidões administrativas decretadas pelo Poder Executivo, com fundamento no interesse turístico.

**Art. 33** - O § 1º, do art. 1º, da Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - .....

**§ 1º** - Consideram-se patrimônio público para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico." **Art. 34** - O art. 5º, da lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

"Art. 5º - .....

§ 4º - Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado."

Art. 35 - O Poder Executivo regulamentará a presente Lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua publicação.

**Art. 36** - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

**Art. 37** - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 20 de dezembro de 1977; 156º da Independência e 89º da República.

ERNESTO GEISEL

Antônio Francisco Azeredo da Silveira

Mário Henrique Simonsen

Alysson Paulinelli

Ney Braga Angelo Calmon de Sá

Este texto não substitui o publicado no DOU de 22.12.1977